

## FYI // Legislação

### ÚLTIMOS DIPLOMAS PUBLICADOS

**Portaria nº 3/2017, de 3 de Janeiro de 2017** – Procede à actualização do valor de referência do complemento solidário para idosos;

**Portaria nº 4/2017, de 3 de Janeiro de 2017** – Procede à actualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS);

**Portaria nº 5/2017, de 3 de Janeiro de 2017** – Procede à actualização do Rendimento Social de Inserção (RSI);

**Decreto-Lei nº 3/2017, de 6 de Janeiro de 2017** – Regula as condições e as regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma do regime de protecção social convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social dos militares das Forças Armadas e dos militares da Guarda Nacional Republicana subscritores do regime convergente e contribuintes do regime geral;

**Decreto-Lei nº 4/2017, de 6 de Janeiro de 2017** – Regula as condições e as regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma do regime convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, do pessoal da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e pessoal das demais carreiras de apoio à investigação criminal responsável por funções de inspecção judiciária e recolha de prova da Polícia Judiciária e do pessoal do corpo da Guarda Prisional;

**Portaria nº 12/2017, de 9 de Janeiro de 2017** – Procede à alteração do Regulamento do Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos;

**Decreto-Lei nº 11-A/2017, de 17 de Janeiro de 2017** – Cria uma medida excepcional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora;

**Portaria nº 34/2017, de 18 de Janeiro de 2017** – Regula a criação da medida Contrato-Emprego, que consiste na concessão, à entidade empregadora, de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho com desempregado inscrito no Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.;

**Resolução da Assembleia da República nº 11/2017, de 27 de Janeiro de 2017** – Determina a cessação de vigência do Decreto-Lei nº 11-A/2017, de 17 de Janeiro, que criou uma medida excepcional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora.

## FYI //

### Jurisprudência

#### Decisões do Supremo Tribunal de Justiça em destaque

Debruçando-se sobre *vexata* quaestio da **distinção entre contrato de trabalho e contrato de prestação de serviços**, em Acórdãos de 12.01.2017 e de 26.01.2017, o Supremo Tribunal de Justiça decidiu que os contratos celebrados por Inspectores Pré-Embarque constituíam contratos de prestação de serviço, não obstante ter-se demonstrado que os Inspectores se obrigaram a não prestar serviços ou trabalho subordinado a qualquer outra entidade singular ou coletiva, pública ou privada, que impedisse a normal execução do contrato; que, para exercer a sua actividade, se deslocavam aos locais indicados pela empresa contratada, depois de esta ter combinado o agendamento do dia e hora da realização da inspecção com o importador; que usavam os instrumentos de trabalho por ela fornecidos; que recebiam formação quanto ao modo de execução das inspecções; que a sua actividade era, por vezes, controlada pela empresa; e que exerciam essa actividade em exclusivo.

Mais esclareceu, em Acórdão de 12.01.2017, quanto ao **procedimento disciplinar**, que, na **fase de instrução**, podem ser realizadas não apenas as **diligências probatórias** requeridas pelo trabalhador, como também aquelas que os instrutor considere úteis ao esclarecimento dos factos imputados na nota de culpa ou invocados na resposta à nota de culpa, sejam ou não susceptíveis de atenuar a responsabilidade do trabalhador.

#### Outros temas sobre os quais se pronunciou o Supremo Tribunal de Justiça

- Justa causa de despedimento: fixação do valor da indemnização
- Danos não patrimoniais / Descanso compensatório
- Poderes de cognição do STJ / Trabalho suplementar: prova
- Justa causa de despedimento: prazo para o exercício do direito de opção pela indemnização em substituição da reintegração
- Acidente de trabalho e de viação: responsabilidade das seguradoras

## Temas abordados na jurisprudência das Relações

- Acidente de trabalho: factos admitidos por acordo na tentativa de conciliação
- Trabalho nocturno: prova
- Acidente de trabalho: deveres do Juiz
- Horário de trabalho: alteração
- Justa causa de resolução do contrato de trabalho: assédio moral
- Trabalho a tempo completo vs Trabalho a tempo parcial
- Acidente de trabalho: caducidade do direito de acção
- Acção de impugnação da regularidade e licitude do despedimento: requisitos da notificação ao trabalhador para contestar
- Despedimento tácito
- Acidente de trabalho: revisão da pensão
- Docente e assistente hospitalar: pagamento da retribuição
- Justa causa de despedimento: assistente operacional de hospital, deveres de zelo e diligência
- Caução
- Sobrevigência das Convenções Colectivas
- Acidente de trabalho: destino da indemnização adiantada pelo FAT em caso de sentença absolutória
- Direito à antecipação da reforma dos administradores executivos do BES
- Justa causa de despedimento: utilização de email como meio de prova
- Acção de impugnação da regularidade e licitude do despedimento: junção do procedimento disciplinar
- Processo de contra-ordenação: admissibilidade de recurso
- Reconvenção: compensação de créditos
- Justa causa de despedimento: oposição à reintegração
- Acidente de trabalho: prescrição do direito de regresso da seguradora
- Retribuição: abono de faltas
- Justa causa de despedimento: faltas
- Acidente de trabalho: tribunal competente para o exercício do direito de regresso por parte da seguradora
- Acidente de trabalho e de viação: indemnizações

- Desconsideração da personalidade jurídica: pluralidade de empregadores
- Acidente de trabalho: segunda perícia
- Acidente de trabalho: descaracterização
- Justa causa de despedimento: dever de lealdade, furto
- Justa causa de resolução: falta de pagamento pontual das retribuições
- Acidente de trabalho e de viação: responsabilidade aquiliana vs responsabilidade objectiva
- Insolvência da Empregadora
- Acidente de trabalho: conceito de retribuição
- Contra-ordenações laborais: cômputo dos prazos
- Abandono
- Créditos laborais: prescrição
- Contrato a termo: fundamentação
- Acidente de trabalho e de viação: danos não patrimoniais

## FYI //

# Contratação Colectiva

### Convenções Colectivas

- Acordo de empresa entre a Estoril Sol (III) - Turismo, Animação e Jogo, S.A. e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços (SITESE) e outro** – Revisão global, BTE nº 1, de 08 de Janeiro de 2017;
- Acordo de empresa entre o Futebol Clube do Porto e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP) e outros** - Alteração salarial e outras, BTE nº 1, de 08 de Janeiro de 2017;
- Acordo colectivo entre a LACTICOOP - União de Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondego, U.C.R.L. e outra e o Sindicato dos Profissionais de Lacticínios, Alimentação, Agricultura, Escritórios, Comércio, Serviços, Transportes Rodoviários, Metalomecânica, Metalurgia, Construção Civil e Madeiras e outro** - Integração em níveis de qualificação, BTE nº 1, de 08 de Janeiro de 2017;
- Acordo de empresa entre a Lusíadas - Parcerias Cascais, S.A. e o Sindicato Independente dos Médicos (SIM) e outro** – Integração em níveis de qualificação, BTE nº 1, de 08 de Janeiro de 2017;

- v. **Acordo de revogação entre a Estoril-Sol (III) - Turismo, Animação e Jogo, S.A. e a Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços (FETESE) do acordo de empresa entre a mesma associação de empregadores e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Serviços (FETESE) e outros** BTE nº 1, de 08 de Janeiro de 2017;
- vi. **Contrato colectivo entre a Associação Comercial do Distrito de Aveiro (ACA) e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP) e outro – Alteração salarial e outras,** BTE nº 3, de 22 de Janeiro de 2017;
- vii. **Acordo de empresa entre a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e a FNE - Federação Nacional da Educação e outros (FNE) – Revisão global,** BTE nº 3, de 22 de Janeiro de 2017;
- viii. **Acordo de empresa entre o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e o Sindicato de Quadros e Técnicos (SENSIQ) e outras (técnicos superiores) – Alteração e texto consolidado,** BTE nº 3, de 22 de Janeiro de 2017;
- ix. **Acordo de empresa entre a United European Car Carriers, Unipessoal Lda. e a Federação de Sindicatos dos Trabalhadores do Mar (FESMAR) – Alteração salarial/texto consolidado** BTE nº 3, de 22 de Janeiro de 2017;
- x. **Contrato colectivo entre a Federação Nacional do Metal (FENAME) e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços (SITESE) e outros - Integração em níveis de qualificação – Rectificação,** BTE nº 3, de 22 de Janeiro de 2017;

Inês Pinheiro  
Tiago Pestana de Vasconcelos  
Ângela Afonso

**Contactos:**  
[ip@slcm.pt](mailto:ip@slcm.pt)  
[tpv@slcm.pt](mailto:tpv@slcm.pt)  
[aa@slcm.pt](mailto:aa@slcm.pt)

#### Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação